

Percepções de gênero entre casais beneficiários do Programa Bolsa Família

Mani Tebet

Doutoranda da UFRJ

Este artigo pretende perceber em que medida o Programa Bolsa Família modifica as relações de gênero, poder e interesse entre os casais beneficiários, tema que tem despertado pouco interesse do debate público e acadêmico. Pretende ainda sinalizar e compreender os efeitos morais e simbólicos que a política pode produzir sobre a família e as relações de gênero; os critérios de justiça apontados pelos casais para “merecer” o Bolsa Família; e a lógica que se encontra na base dessa noção de merecimento. Para tanto, entrevistamos casais beneficiários do bairro de Nova Cidade, no município de Itaboraí, na Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

Palavras-chave: pobreza, gênero, família, Programa Bolsa Família, transferência de renda

Gender Perceptions between Couples Benefiting from the 'Bolsa Família' Program intends to ascertain to what extent the 'Bolsa Família' allowance program modifies the gender, power and interest relations between couples who receive benefits from the scheme; a topic that has aroused very little interest in public and academic debate. It also attempts to identify and understand the moral and symbolic effects that the policy can produce on the family and gender relations; the criteria of justice put forward by the couples for “deserving” the Bolsa Família; and the rationale that underlies this notion of deserving. Interviews were conducted with couples in a district in the metropolitan region of Rio de Janeiro.

Keywords: poverty, gender, family, 'Bolsa Família' Allowance Program, income transfer

Questões teóricas

Recebido em: 28/02/2011

Aprovado em: 09/12/2011

O debate sobre os programas de transferência de renda¹ não é algo recente. Porém, nunca tais programas tiveram um papel tão importante nas políticas públicas de combate à pobreza em tantos países. Apesar das inúmeras experiências que surgiram, foi a partir da década de 1980 que ocorreu um acirramento dos debates sobre tais políticas. Isso se relaciona em grande parte com a crise nos chamados sistemas de *welfare states* e a ampliação do desemprego na maioria dos países pobres e ricos a partir da chamada reestruturação produtiva. Assim, a necessidade de políticas de transferências de renda entra nos debates internacionais como um possível mecanismo de combate à fome e à pobreza no âmbito de crescimento do número de desempregados e daqueles socialmente vulneráveis. Ainda que persista um debate amplo e inconcluso sobre a real eficácia desse modelo para o enfrentamento sustentado de situações de pobreza e de vulnerabilidade social, é incontestável que políticas do tipo tenham entrado com força na agenda da proteção social.

1 A expressão “transferência de renda”, ou mesmo “programas de renda mínima”, designa os modelos de programas sociais que se baseiam na transferência monetária direta.

Assim, programas de transferência monetária têm sido implementados por governos de matizes ideológicas variados e por países de tradições políticas e estatais diferenciadas. No caso específico do Brasil, o Programa Bolsa Família (PBF) teve início em 2003 e incorporou algumas políticas anteriormente existentes no governo Fernando Henrique. Tal programa se apresenta como uma política de transferência monetária a famílias pobres, priorizando mulheres como responsáveis pelo benefício. Em 2011, o PBF atendeu mais de 13 milhões de famílias, segundo dados do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Em contexto internacional, torna-se importante salientar que o programa adota alguns dos princípios dos “Objetivos do Desenvolvimento do Milênio”² fixados pelas Nações Unidas (entre os quais figura a erradicação da pobreza).

Sabemos que estamos longe de alcançar a meta de erradicação da pobreza no território brasileiro. No entanto, percebemos uma queda substancial da extrema pobreza quando nos concentramos no período de implementação do Programa Bolsa Família.

De fato, apenas a queda de 4% da desigualdade de renda ocorrida entre 2001-2004 levou, por si só, a uma redução de 3,2 pontos percentuais na proporção de pessoas extremamente pobres, o que equivale a retirar mais de 5 milhões de brasileiros dessa condição. (IPEA, 2006, p. 3)

No entanto, outros autores – sobretudo economistas – demonstram o impacto reduzido das políticas de transferência sobre a pobreza quando comparamos com o efeito do emprego e do salário mínimo ou a possibilidade de estabelecer políticas universais de distribuição de renda³.

Em seu desenho, o PBF tem basicamente dois objetivos: o alívio imediato da pobreza por meio da transferência direta de renda para famílias pobres, um caráter, assim, emergencial; e o exercício de direitos sociais básicos relacionados à saúde e à educação, com a finalidade de romper com o ciclo intergeracional de reprodução da pobreza. Tal programa possui como público-alvo dois tipos de família: aquelas com renda mensal per capita inferior a R\$ 70 e aquelas com renda mensal per capita de até R\$ 140. No primeiro corte, qualquer configuração familiar pode receber a bolsa, mesmo casais sem filhos ou fa-

mílias unipessoais. Já no segundo, para o ingresso no programa, torna-se necessário que pelo menos uma gestante ou uma mulher amamentando ou uma criança ou adolescente entre 0 e 17 anos componha a família. É importante mencionar que o valor do benefício pode variar de acordo com a renda mensal per capita da família e com o número de crianças e adolescentes de até 17 anos. Vale ressaltar ainda que o valor transferido abarca até cinco crianças com idade entre 0 e 15 anos e até dois adolescentes com idades entre 16 e 17 anos. Assim, uma família pode receber no mínimo R\$ 32 e no máximo R\$ 306.

O desenho dessa política se baseia no “fato empírico” de que as mulheres se dedicam mais aos filhos do que os homens. Elas foram socialmente educadas para tal direcionamento. Essa pré-noção da política é um dos aspectos mais controvertidos quando se discute o Programa Bolsa Família, exatamente porque existe aqui uma contradição entre a inserção massiva das mulheres no mercado de trabalho e uma realocação do papel tradicional de mãe às mulheres “pobres” beneficiadas pelo programa. Esse ponto será discutido com mais precisão no debate sobre as políticas classificadas como “familistas”, “generificadas” e/ou “maternalistas”.

Os debates públicos e acadêmicos sobre o PBF têm se concentrado em avaliar outros fatores, como a eficácia da focalização na população pobre, a insuficiência de “portas de saída” da situação de assistido e a segurança alimentar, principalmente. Por outro lado, poucos trabalhos se destinam a analisar sociologicamente tal política como uma construção social generificada e seus efeitos morais sobre as famílias beneficiárias. Uma das poucas avaliações até o momento realizadas acerca dos impactos do PBF sobre as mulheres ou sobre a questão de gênero (SUÁREZ e LIBARDONI, 2007) aponta para o “empoderamento das mulheres” e sua “melhoria de status” na sociedade. Entretanto, poderíamos dizer que em geral existe um problema metodológico nas pesquisas que pretendem analisar as relações de gênero, centrando as entrevistas nas mulheres beneficiárias.

De maneira geral, no campo dos estudos feministas e/ou de gênero, a orientação metodológica de considerar a mulher o único objeto de pesquisa tem sido recorrente e prioritária entre os teórico(a)s da área. Obviamente existe um viés político que interfere no recorte metodológico do objeto. Esse condicionante traz à tona uma problemática sociológica que

2 Para verificar os Objetivos do Milênio, ver http://hdr.undp.org/en/media/hdr03_por_chapter_1.pdf

3 Ver, por exemplo, Lavinhas, 2007.

se relaciona com a própria definição do conceito de gênero. Assim, se gênero pressupõe uma *relação* de poder, o que justifica que as pesquisas se debrucem apenas sobre um dos atores envolvidos na relação? No caso do PBF principalmente, porque sabemos que o tipo de família beneficiária predominante é a família nuclear, ou seja, o casal com filhos.

De acordo com os dados oriundos de uma pesquisa realizada pelo Ibase (2008, p. 65) sobre o PBF, verificamos que no Brasil 61,9% dos titulares são mulheres com companheiro e crianças. As mulheres sem companheiros e com crianças somam 27,2%. Já os titulares homens com companheira e crianças são 4,8%. Nesse sentido, do nosso ponto de vista, tanto teórico quanto empírico, seria complicado realizar um estudo sociológico sobre as relações de gênero se pressupusermos que há apenas um discurso legítimo (nesse caso, o das mulheres), e que esse não pode ser comparado ou até mesmo contrarrestado.

Antes de entrar na discussão sobre gênero e políticas sociais, devemos mapear, ainda que de forma breve, a literatura nacional e internacional que se volta para o entendimento da relação entre pobreza e gênero. Tem crescido mundialmente – sobretudo na América latina – o número de políticas de transferência de renda que priorizam as mulheres como agentes intermediários entre sociedade e Estado, ainda que tais políticas não tomem necessariamente a pauta “igualdade de gênero” como meta a ser alcançada. Certamente esse desenho das políticas vigentes de transferência de renda tem relação com – entre outros aspectos – uma pressuposição acerca da chamada “feminização da pobreza”.

Mas o que seria a feminização da pobreza? O conceito foi cunhado pela socióloga Diane Pearce (1978), que estudava, entre as décadas de 1950 e 1970, a elevação nos Estados Unidos do número absoluto de mulheres entre os pobres e também o crescimento da pobreza entre indivíduos que compõem as famílias chefiadas por mulheres em relação àquelas com configuração de chefia masculina. Em décadas posteriores outros pesquisadores (Peterson, 1987, Northrop, 1990, e Pressman, 1998) utilizaram conceitos similares ao de feminização da pobreza. Já Fuchs (1986) define tal termo como um processo de inflação do grupo feminino entre os adultos pobres. Para a autora o fenômeno ocorreu nos Estados Unidos durante os anos 1960. Já para as décadas subsequentes não podemos dizer o mesmo.

Mesmo que pareça óbvio, é importante mencionar que esse conceito se refere a um processo de empobrecimento das mulheres em relação aos homens ao longo do tempo. Já em 1995, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), em seu “Relatório de Desenvolvimento Humano”, apontava uma sobrerrepresentação (70%) das mulheres entre os pobres no mundo.

No entanto, a ideia de que houve um processo de feminização da pobreza não é um consenso. Nesse sentido, Marcoux (1998) realiza uma crítica às afirmações do PNUD, apontando que, se elas fossem verdadeiras, teríamos um problema de ordem demográfica. Nesse mesmo ano, a Conferência Mundial de Beijing salientava a discrepância do aumento de pobres entre as mulheres em relação ao conjunto masculino da população. Mas no que tange ao contexto brasileiro, Queiroz (2005, p. 7) ressalta que

tais afirmações, no entanto, não são corroboradas por evidências empíricas. No Brasil há uma carência de estudos sobre o tema, tendo estudos mais focados nas causas da pobreza, avaliação sobre desigualdade e pouca exploração sobre a intensidade, incidência ou sobre representação da pobreza de mulheres entre pobres.

Ainda de acordo com a autora, a polêmica gira em torno de duas discussões fundamentais acerca da feminização da pobreza. A primeira se refere à percepção de que houve uma elevação na taxa de pobreza entre mulheres. Já a segunda aponta para a ocorrência de uma intensificação da condição de pobreza entre as mulheres. Queiroz (2005) lista trabalhos (MOGHADAM, 1997, LAMPEIRRI e STALKER, 2000) que mostram que apenas em alguns espaços geográficos podemos dizer que existe um processo de feminização da pobreza e que, portanto, a noção de um empobrecimento feminino global, contida em relatórios e documentos internacionais, é equivocada. Citando Dooley (1994), a autora irá mostrar que no Canadá, particularmente, a feminização da pobreza ocorreu apenas entre 1973 e 1990. Essa situação, porém, somente se deu do ponto de vista da chefia feminina e não se manifesta quando se comparam homens e mulheres em geral. No que se refere à Espanha, por exemplo, Fernández-Morales e Haro-García (1998) não verificaram uma sobrerrepresentação das mulheres entre os pobres durante os anos 1990.

Além dessas controvérsias, há nessas medições para captar índices de pobreza um problema de ordem metodológica, pois elas pressupõem renda média domiciliar, o que na verdade acaba por uniformizar a renda entre homens e mulheres que pertencem ao mesmo núcleo familiar. Assim,

a consideração de um domicílio como um conjunto de indivíduos agindo em comum acordo, como se todos tivessem as mesmas preferências e agregassem seus rendimentos para tomar decisões consensuais, é contestada não só teoricamente, mas também empiricamente. Descobriram que um maior controle de bens pela esposa resultaria em uma maior proporção dos gastos destinados à educação, para três dos quatro países analisados, à exceção da Etiópia. Nesse sentido, modelar a interação que ocorre entre os membros do domicílio na distribuição dos recursos até se chegar à alocação final. Se essa redistribuição fosse pequena, ela acabaria por diminuir o bem-estar da esposa, pois o esposo reduziria sua parcela da contribuição para o domicílio em um montante maior do que o redistribuído à esposa. (QUEIROZ, 2005)

Há também outras dificuldades especialmente relacionadas à definição de pobreza como fenômeno restrito ao âmbito da renda. Se entendermos que pobreza se relaciona com outros aspectos da vida social, como educação, sociabilidade, formas de associação, acesso à cultura etc., então provavelmente a ideia de feminização da pobreza que prevaleceria sobre as famílias monoparentais femininas não se apresentaria com tal força.

A teórica americana Diane Pearce (1978) definiu a feminização da pobreza no final da década de 1970 nos Estados Unidos como um momento no qual a mulher perde sua posição de cônjuge para assumir a posição de chefe de família com filhos, ficando, portanto, responsável, em princípio, pelo seu domicílio. Pearce procurou nesse trabalho entender quais são as causas da feminização da pobreza. Para isso, valeu-se principalmente das fontes de remuneração (trabalho, seguro social, renda mínima e pensão alimentícia), com a finalidade de expor por que chefes de família mulheres seriam mais pobres que os chefes de família homens. No entanto, a feminização da pobreza não se relaciona somente com a posição da mulher na estrutura familiar, mas também com sua posição no mercado de trabalho, especialmente no que tange à precarização do emprego, aos baixos salários e a sua presença no setor informal.

Também foi se consolidando entre os estudiosos do mundo e do Brasil a noção de que famílias chefiadas por mulheres reproduziriam em maior medida futuras famílias em situação de vulnerabilidade social, não conseguindo através do tempo romper com o ciclo intergeracional de reprodução da pobreza. Essa foi uma das justificativas para a implementação de programas e políticas que tomam como foco prioritário a mulher enquanto beneficiária. Vale ressaltar que em alguns países latino-americanos existem políticas de transferência de renda com um viés de gênero. Todavia, essa orientação não se encaixa no caso do PBF, que se consolida como uma política de bem-estar familiar. No caso da Costa Rica, o *Empowerment Training*, apesar de ser uma política que objetiva empoderar mulheres pobres, acaba por direcionar o foco para a sobrevivência de seus filhos, não atendendo, portanto, a propósitos em torno das desigualdades de gênero. No entanto, a política que remete à perspectiva de gênero dentro dos objetivos a serem alcançados é diferente das políticas que apenas tomam como alvo a mulher, objetivando a redução da pobreza familiar, caso do Programa Bolsa Família. Neste último, a mulher somente é tomada como prioritária por ser um meio adequado para melhorar o bem-estar familiar, o que não significa necessariamente que o programa procura promover mudanças na condição de vida das mulheres ou nas características atuais das configurações de gênero. Mas é importante mencionar que mesmo programas que não possuem o viés de gênero no princípio da política podem gerar não propositalmente um efeito paralelo ou tangencial nas desigualdades.

Nas últimas duas décadas, as ciências sociais produziram, em nível internacional, uma importante reflexão crítica sobre o estado de bem-estar social cuja política pública se pautava, até recentemente, pela dualidade de papéis sexuais: homem provedor e mulher cuidadora, fortalecendo a divisão sexual do trabalho e, sobretudo, o papel das mulheres como mães. Entre o final da década de 1990 e início dos anos 2000, pesquisadores como Esping-Andersen, Jane Janson, Ann Shola Orloff, Maxine Molyneux, Wendy Larner e Verónica Schild começaram, no âmbito da sociologia, a produzir trabalhos que pretendiam analisar as políticas de proteção social a partir da perspectiva teórica de gênero. Isso significava, então, construir uma crítica sobre o Estado de Bem-Estar, demonstrando que, mesmo na esfera pública, onde haveria um nível de equalização social, se reproduzia uma desigualdade de gênero

no interior da política social. Esse tipo de reprodução foi classificado de diversas formas: “familista”, “maternalista” e/ou “generificada”. Alguns problemas no que se refere a esse modelo de política “maternalista” foram apontados por Orloff (2007). Em primeiro lugar, esse tipo de política reforçaria a divisão sexual tradicional do trabalho. Em segundo, manteria a relação de dependência feminina com o provedor masculino. Por conta disso, a mulher somente teria acesso aos benefícios do *welfare* pela via marital, o que, em última instância, criaria uma invisibilidade das mulheres trabalhadoras, que necessitam da provisão social. Todavia, em decorrência da maior convergência das taxas de participação de homens e mulheres no mercado de trabalho e dos níveis de escolaridade das mulheres e dos processos de individualização e de autonomia feminina em muitos países da Europa, as políticas públicas passaram a adotar uma perspectiva menos marcada pelo viés de gênero, fato que não ocorreu de maneira similar no Brasil. Primeiro, porque as políticas públicas brasileiras abrem portas para programas mais pautados no investimento do sujeito como cidadão participativo, mas continuam centralizando a família como eixo norteador de intervenção pública; segundo, porque o processo de individualização e autonomização feminina no Brasil se desenvolve de maneira muito mais limitada (e complexa) que nos países europeus.

Essas formas de conceituar os programas sociais, utilizadas inicialmente para analisar o sistema de proteção social francês, passam a ganhar força recentemente no Brasil, sobretudo no campo sociológico da compreensão das políticas. Enquanto os cientistas políticos tomam os textos da política como dados e avaliam em geral sua eficácia, os sociólogos vão já de início realizar a crítica do desenho da política, compreendendo que pode existir uma grande *décalage* entre norma institucional e prática social. Nesse sentido, “os programas sociais vão muito mais além dos seus objetivos declarados, às vezes caricaturizam os pobres através de uma penalização moral” (WACQUANT, 1999).

Em princípio, poderíamos (a partir de algumas referências) classificar o Programa Bolsa Família ao mesmo tempo como política “maternalista”, “familista” e “generificada”. Isso significa dizer que

na verdade, aquilo que aparece como uma estratégia para empoderar as mulheres está embasado e reforça uma ideia de papel social feminino, bastante tradicional como mãe que sacrifica seus interesses em prol dos da família. (...) Vale dizer ainda que os programas se apoderam em parte do controle de suas vidas (ao estabelecer seus compromissos em relação às condicionalidades) e de suas agendas. (FONSECA, 2010, pp. 9-10)

Nessa direção, Carloto sinaliza a importância das análises de gênero para a compreensão de políticas que tomam como foco a família. Vejamos:

A mulher, a partir de seus papéis na esfera doméstica ou da reprodução, tem sido, portanto, a interlocutora principal dessas ações. Diante desse contexto, estudiosas feministas têm insistido que a categoria gênero não pode ser prescindida das análises sociológicas acerca das ações estatais que têm por foco a família. Esta categoria de análise contribui para a compreensão da instrumentalização dos papéis femininos nestas políticas. (CARLOTO, 2009, p. 901)

Destacamos que o PBF estabelece um papel central para as mulheres em seu interior, delegando a responsabilidade do bem-estar familiar e ainda a possibilidade de produzir uma mobilidade intergeracional (ou que o programa denomina de “quebra do ciclo intergeracional da pobreza”). A crítica que se faz nesse caso é que

o programa não explicita de que tipo de mulher se está tratando, isto é, se de uma mulher que abdica de sua inserção profissional para se doar à família ou de uma mulher que faz uso dos seus direitos sexuais e reprodutivos e não fica subjugada pelos afazeres domésticos ou pela dupla jornada de trabalho. (EUSTÁQUIO, 2009, p. 2)

Esse último autor propõe, então, o que ele denomina de uma “desfamiliarização das políticas sociais”, ou seja, deslocar o foco das políticas sobre a família. Isso significa proporcionar uma diminuição da carga de responsabilidade sobre esta e em especial sobre a figura feminina. Tal conceito foi retomado da obra de Esping-Andersen (2002) quando trata teoricamente das três estruturas do bem-estar social europeu (esse debate aparecerá mais à frente com a discussão sobre o que as ciências sociais vêm realizando em torno de três eixos interligados: gênero, pobreza e políticas sociais).

A partir da literatura brasileira originária das ciências sociais, vemos que, por um lado, o pagamento do benefício à mulher é entendido como uma conquista, no sentido de que garante maior autonomia a ela. Mas, por outro, a literatura também aponta que essa priorização seria um retrocesso, uma vez que reforça a imagem da mulher como cuidadora do lar, além de colocar o homem na posição de “irresponsável” no cuidado das crianças. Isso se dá porque existe um conjunto de contrapartidas – que em geral os programas de transferência de renda exigem – vinculadas à questão do cuidado com a saúde e a educação dos filhos.

Segundo Farah (2004), há uma tensão entre duas vertentes no que se refere às políticas sociais que focalizam mulheres como beneficiárias. A primeira pensa a mulher sobretudo a partir de suas funções na família, devendo a política pública “investir” nas mulheres pelo efeito multiplicador que tal ação pode ter sobre a família e sobre a sociedade como um todo. A segunda vertente é hegemônica na agenda do movimento feminista no Brasil e toma como pilar a perspectiva dos direitos. Nesta, trata-se de garantir a ampliação da cidadania pela extensão de direitos a novos segmentos da população. Farah afirma ainda que o alinhamento a uma dessas duas vertentes nem sempre ocorre de forma integral, especialmente quando a política é de transferência de renda. Nesse caso, a priorização das mulheres é defendida tanto pelos que enfatizam o impacto desse apoio no combate à pobreza quanto pelos que enfatizam a autonomia das mulheres.

Alguns autores afirmam que a feminização da pobreza acaba por justificar o foco prioritário em mulheres para o recebimento de determinados benefícios sociais. Nesse sentido, Godinho (2004) aponta que o aumento da concentração de renda, a criação dos bolsões de miséria e a desestruturação dos serviços públicos atingem, em maior medida, as mulheres, e por isso elas devem ser priorizadas como beneficiárias de algumas políticas sociais. Seguindo o mesmo raciocínio, Soares (2004) aponta que as políticas de combate à pobreza deveriam atuar levando em conta as condições das mulheres, chegando a afirmar que

o que se pode já trazer como decorrências para as políticas públicas é que a falta de autonomia econômica expressa na capacidade de gerar renda própria coloca as mulheres em uma situação mais vulnerável e aumenta a probabilidade de que

importantes grupos de mulheres caiam na pobreza, caso sejam modificadas suas circunstâncias familiares ou conjugais e, portanto, há necessidade de políticas que reforcem a autonomia econômica das mulheres. (SOARES, 2004, p. 120)

As justificativas dos atores do Estado e dos intelectuais para focalizar nas mulheres são variadas. Ora elas se ligam à questão da vulnerabilidade feminina, afirmando que a pobreza as atinge em maior medida, ora o discurso é pautado na ideia de que a mulher tende a distribuir o recurso para a família mais do que o homem. Também se apresenta o argumento feminista de que fornecer um recurso para as mulheres pode lhes conferir poder. Devemos sinalizar, contudo, que esse debate sobre a focalização feminina já dura algumas décadas, tendo em vista que as primeiras propostas que contemplavam a “questão de gênero” foram formuladas nos anos 1980. Inicialmente tais políticas se voltavam para a violência doméstica e a saúde da mulher. De fato, a inclusão da questão de gênero na agenda governamental ocorreu como parte de um processo de democratização que significou a inclusão de novos atores no cenário político e, ao mesmo tempo, a incorporação de novos temas pela agenda pública.

Em 1997, o documento do Banco Mundial intitulado “Toward Gender Equalit”, com base na ideia de feminização da pobreza, recomendava, já naquela época, a focalização nas mulheres por parte de políticas de combate à pobreza. O documento propõe a focalização feminina em várias áreas da política pública, como, por exemplo, em educação, saúde, segurança e geração de emprego e renda. Segundo Farah (2004), a proposta de focalização se baseia no argumento de que isso garantiria maior eficiência às políticas de combate à pobreza e teria um impacto na sociedade como um todo, seja pelo papel que a mulher desempenha na família, seja por sua presença decisiva nos assuntos ligados à moradia e ao bairro, ou ainda por seu peso significativo entre a população pobre.

Assim, movimentos de mulheres, ONGs e outras entidades passaram a defender a proposta de que as mulheres deveriam ser o foco prioritário das políticas de combate à pobreza, que foi levada à Conferência Mundial sobre as Mulheres de Beijing, em 1995. A partir daí, os organismos internacionais voltados para o problema da fome e da pobreza passaram a enfatizar que as mulheres dos países em desenvolvimento são as mais atingidas

pela pobreza, de onde decorre, então, a recomendação relativa à criação de programas de acesso ao crédito e à geração de renda para elas. O movimento feminista no Brasil incorporou essa discussão e acabou por reproduzir aqui a agenda política internacional relacionada às questões de gênero. Assim, entidades e movimentos brasileiros começaram a recomendar a priorização de mulheres – especialmente negras, pobres, mães solteiras e chefes de família – em políticas sociais universais. Diferentemente da noção de eficiência⁴ do gasto utilizada pelo Banco Mundial para justificar a priorização das mulheres como beneficiárias dos programas sociais, o que tem sido enfatizado por parte do movimento feminista é a necessidade de reforçar a cidadania feminina. Conforme já mencionamos anteriormente, há no debate acerca da focalização na mulher diferenças nas abordagens relativas às políticas. De um lado, há ênfase na eficácia e certa “funcionalização” da mulher, vista como um instrumento do desenvolvimento e como “potencializadora” das políticas pelo papel que desempenha na família; de outro, há a ênfase nos direitos e na constituição da mulher como sujeito (FARAH, 2004).

Particularmente no Brasil, verificamos a partir da década de 1990 um *boom* de conferências e ações para discutir e traçar políticas direcionadas às mulheres. Já no ano 2000 podemos citar como exemplo a realização da 1ª Conferência Municipal de Mulheres em São Paulo, que possibilitou a reunião de vários grupos de mulheres com gestores municipais para a definição de algumas diretrizes de atuação para a Coordenadoria da Mulher. Em âmbito internacional, uma das várias diretrizes⁵ da plataforma de ação formulada em Beijing, como já apontado anteriormente, se referia à geração de emprego e renda entre mulheres para o combate à pobreza. A intenção era apoiar a capacitação das mulheres e criar empregos permanentes para a população feminina. Outra diretriz firmada em Beijing foi a incorporação da perspectiva de gênero por toda política pública ou o que podemos chamar de transversalidade. Além dessas duas diretrizes, foi firmada outra, que se refere ao acesso ao poder político, objetivando abrir espaços nos quais as mulheres possam decidir sobre a própria ação estatal.

Encontramos também algumas reflexões acadêmicas sobre o status da mulher no contexto dos programas de transferência de renda implementados no Brasil. O ponto principal do debate circula em torno da pergunta: o fato de o recurso ser dirigido preferencialmente às mulheres impli-

ca o aumento de autonomia no espaço doméstico? O estudo de Suárez e Libardoni (2007) mostra que sim, pois a tarefa da reprodução social (que as mulheres já realizavam antes de o programa ser implementado) passa a ser gerida de forma mais segura em termos alimentares, educacionais e de saúde. Assim, mesmo não sendo alterada a lógica feminina do “cuidar”, a mulher ganha uma autonomia relativa à esfera doméstica, pois agora passa a depender menos do marido e a ter maior poder de definição sobre o que deve ser prioridade de compra para a família. Nesse caso, a possibilidade de efetuar escolhas, mesmo que condicionadas por um viés de gênero, tem sido considerada um ganho (ainda que pequeno) para a autonomia feminina. Assim, como mostram as autoras, a transferência de renda permitiu às mulheres cuidar das crianças de forma mais autônoma e melhor.

Porém, alguns autores (SORJ e FONTES, 2007) argumentam que esse tipo de programa não potencializa a autonomia das mulheres a médio e longo prazos, principalmente porque o PBF não promove uma maior ou melhor inserção no mercado de trabalho, mantendo uma situação de dependência, seja em relação a seus cônjuges, seja em relação ao Estado. Essa perspectiva conclui que o programa acaba por reproduzir os papéis tradicionais de homens e mulheres, ou seja, a função de provedor e de cuidadora respectivamente.

Voltando mais uma vez para o trabalho de Suárez e Libardoni (2007), veremos que, apesar de o PBF reproduzir os papéis tradicionais de gênero e de poder, algumas alterações foram relatadas pelas mulheres beneficiárias que constituíram a amostra de uma pesquisa qualitativa realizada em 10 municípios da federação⁶: 1) elas passam a conseguir crédito mais fácil com os comerciantes locais; 2) elas indicam mudanças em torno da hierarquia familiar, na medida em que podem negociar o que seria ou não prioridade de compra; 3) apontam o aumento da autonomia no que se refere à possibilidade de fazer escolhas, mesmo que na maioria das vezes limitadas à esfera doméstica, o que leva a certo ganho de poder na esfera privada; 4) obtêm documentos (como certidão de nascimento, carteira de identidade e CPF) necessários ao cadastramento no programa; 5) boa parte delas retorna à escola.

4 A eficiência diz respeito à relação entre os recursos gastos e a realização de um objetivo previsto no desenho de determinada política, enquanto a eficácia refere-se ao alcance dos resultados previstos no desenho de uma determinada política.

5 Para acesso mais detalhado às diretrizes, ver o trabalho de Farah (2004).

6 Foi aplicado um roteiro semiestruturado a 145 beneficiários e 54 agentes governamentais. Além disso, foram realizados 30 grupos focais com lideranças locais, integrantes da sociedade civil e beneficiários.

Mas as autoras também identificam pontos negativos como: 1) o não estímulo à inserção das mulheres no mercado de trabalho; 2) o fato de as mulheres realizarem atividades domésticas e relativas ao “cuidar” sem auxílio dos cônjuges; 3) a autonomia restrita à sua atuação no “cuidar”; 4) o fato de as atividades de lazer destas mulheres se limitarem a ver televisão na própria casa, dormir e descansar, visitar parentes e ir à igreja; e 5) o comparecimento a sedes de organizações sociais, partidos e sindicatos é ainda muito restrito.

É interessante notar que alguns pontos (tanto positivos quanto negativos) abordados pelas autoras brasileiras já foram explicitados e discutidos por autores estrangeiros, como Hall (2006) e Molyneux (2006), ao avaliarem, respectivamente, a transferência de renda no Brasil e no México. Assim, vemos que a discussão dos efeitos dos programas de transferência de renda sobre as relações de gênero ainda está aberta e necessita maior aprofundamento. Para tanto, mostraremos agora alguns dados de pesquisa advindos de entrevistas realizadas com casais moradores do município de Itaboraí, situado na periferia da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, e beneficiários do Programa Bolsa Família. Para este artigo, discutiremos basicamente três tópicos que irão nortear nossa investigação. Em primeiro lugar, buscaremos analisar como se dá o processo de entrada no Programa Bolsa Família e como os casais de tal bairro compreendem essa política pública. Em segundo, pretendemos observar como se desenvolvem as relações de gênero a partir do recebimento da transferência de renda. E, por fim, procuraremos demonstrar quais são as percepções sobre “chefia familiar⁷” dos homens e mulheres envolvidos no programa.

Apresentação dos entrevistados⁸

De início, gostaríamos de ressaltar que nossa pesquisa constitui um estudo de caso, localizado e sem pretensão de representatividade, não sendo de forma alguma generalizável para o território nacional. Mais especificamente, quando começamos o trabalho de campo do município, procuramos um bairro periférico que contivesse significativo número de beneficiários

7 Categoria nativa definida a partir da pergunta: “Quem você considera chefe na sua família e por quê?”

8 Os nomes dos entrevistados foram alterados.

do PBF. Conseguimos tal informação junto à coordenação local do programa. Assim, iniciamos as visitas e as observações no local. Foi possível desenvolver aproximações com as mulheres dos sete casais listados abaixo em espaços como o posto de saúde e o Centro de Referência da Assistência Social (Cras). No entanto, vimos que esse tipo de informação enviesava as análises. Foi por isso, então, que começamos a buscar indicações dos próprios casais sobre outros beneficiários que estariam dispostos a ser entrevistados.

Quadro 1- Perfil dos casais entrevistados

	Idade	Escolaridade	Nº de filhos no domicílio	Tempo de casado	Tempo declarado no PBF	Religião	Quem é o chefe da família?	Ocupação atual
Casal 1			4	11 anos	3 anos			
Marília	45	Até a 4ª série do EF				Evangélica	O marido	Empregada doméstica
Alcides	51	Até a 7ª série do EF				Sem religião	Eu mesmo	Carpinteiro
Casal 2			2	10 anos	6 anos			
Lucinéia	32	Até 5ª série do EF				Sem religião	Eu mesma	Não exerce atividade remunerada
Fernando	36	Até 3ª série do EF				Sem religião	A esposa	Pedreiro
Casal 3			4	7 anos	6 anos e meio			
Suellen	37	Até a 8ª série do EF				Católica	O marido	Não exerce atividade remunerada
Carlos	36	Até a 3ª série do EF				Católica	A esposa	Comerciante
Casal 4			6	17 anos	3 anos			
Regiane	52	Até a 6ª série do EF				Evangélica	O marido	Empregada doméstica
Maurício	53	Até a 6ª série do EF				Sem religião	Eu mesmo	Mecânico
Casal 5			6	3 anos	2 anos e 3 meses			
Creuza	29	Até a 1ª série do EF				Evangélica	Os dois	Faxineira
Jenivaldo	30	Até 4ª série do EF				Evangélica	A esposa	Pedreiro
Casal 6			8	11 anos	2 anos e meio			
Marlucy	34	Até a 7ª série do EF				Evangélica	Eu mesma	Não exerce atividade remunerada
Claudio	50	Até a 1ª série do EM				Sem religião	A esposa	Garçom
Casal 7			2	13 anos	Mais de 3 anos			
Josilene	28	Até 5ª série do EF				Evangélica	O marido	Vendedora
Denilson	34	Até 7ª série do EF				Sem religião	Eu mesmo	Auxiliar de serviços gerais

EF = Ensino Fundamental
EM = Ensino Médio

Narrativas dos casais beneficiários

Programa Bolsa Família: acesso e representação

Marília tem 45 anos, está casada há 11 anos e anteriormente já tinha se casado três vezes. Tem dois filhos de casamentos anteriores e mais dois com seu marido atual. Há três anos recebe o benefício Programa Bolsa Família. Em relação à representação que Marília possui do PBF, vemos que legitima a postura do programa tal como operado pela prefeitura de Itaboraí, isto é, a de fiscalizar e, portanto, controlar (com a visita da assistente social do Cras ou com a maior frequência dos agentes de saúde) as famílias beneficiárias. Também acredita ser justo esse tipo de prática, pois evitaria possíveis fraudes. Mas, se por um lado Marília concorda com a política de fiscalização das famílias que recebem o benefício, por outro critica seu baixo valor e, ao mesmo tempo, expressa um descontentamento com relação à necessidade da comprovação formal da guarda das crianças. Especificamente, ela se refere a um vizinho que não conseguiu o benefício porque não possuía a guarda legal de uma criança. Referindo-se à assistente social, afirma:

Ela diz que para ter a guarda o pai tem que fazer uma folha, levar no juiz e bater no cartório. Para constatar que mora com ele. Eu acho isso bobeira. Porque, se mora com ele, todo mundo sabe. Ele mora com ela.

Assim, Marília acredita que não deve haver a necessidade da formalização da guarda para o recebimento do benefício, pois, segundo ela, todos sabem que o pai cuida da criança. É interessante ressaltar que as reclamações desse tipo foram tão frequentes, que o governo federal já anunciou mudança na folha do cadastro.

Marília soube do ingresso no Programa Bolsa Família por uma vizinha, mas não lembra que procedimentos teve que seguir para receber o benefício, apenas salienta que não precisou comprovar nada para ter acesso a ele. Segundo Marília, seu cadastro foi realizado no Restaurante Popular⁹. Nunca havia recebido outro benefício social antes. Já seu marido, Alcides, não sabe nada sobre os processos burocráticos necessários para que a família receba o benefício, como por exemplo, em que

lugar a sua esposa foi para requisitar o Bolsa Família, a quem teve que se dirigir, muito menos os documentos exigidos. Para ele, a sensação de estar recebendo o Bolsa Família é satisfatória, em primeiro lugar porque sua família foi contemplada exatamente em uma fase em que ele se encontrava em situação de desemprego; em segundo, porque foi um alívio para dar conta dos gastos com as crianças. Destaca, portanto, que o programa ajudou a dirimir a necessidade econômica pela qual sua família passava (esse argumento, como veremos mais à frente, também aparece nas outras entrevistas).

Outra entrevistada, Lucinéia, soube do Bolsa Família através de uma amiga. Fez a inscrição e somente algum tempo depois conseguiu receber o benefício que mantém há seis anos. Segundo ela, antes de entrar no programa uma assistente social visitou sua casa e realizou algumas perguntas. Somente após essa visita o cartão da Caixa Econômica Federal para a retirada do dinheiro lhe foi entregue. Lucinéia avalia positivamente o PBF e ressalta a segurança que ele lhe traz: “Agora eu tenho certeza de que eu vou ter certo aquele dinheirinho no final do mês, me sinto mais segura, né?”

Já Fernando, seu marido, lembra que viu o anúncio na televisão e falou com a mulher a respeito do programa. Conhece todas as condicionalidades do PBF e sabe quais foram os documentos necessários para o cadastramento de sua família. Ao contrário de parte da literatura sobre assistência, que sugere que tal política pode gerar uma produção de baixa autoestima ou uma desvalorização do indivíduo – o que Paugam (2003) denominou de “desqualificação social” –, nosso entrevistado salienta que a renda permitiu viver com mais dignidade.

Uma renda a mais sempre deixa a gente mais tranquilo, né? O governo nunca olha pros *pobre* não, menina. Agora que tá começando a mudar, com o Lula, né? Com o dinheiro, minha *mulé* pode dá um biscoito pros meus filhos, vestir eles bem, entende? Antes eu me sentia mal, porque não tinha como dar. Minha *mulé* agora vê isso, divide entre eles.

Sobre aqueles que não conseguiram receber o benefício Fernando tem uma visão condizente com o que de fato em parte vem acontecendo¹⁰, pois acha que “eles não ganham porque *deve* bater que tem carteira assinada, né?”

10 O estudo de Lavinias (2010), por exemplo, aponta que o governo federal adotou uma estratégia de “cruzamento das informações entre a listagem de beneficiários do programa e bases de dados sobre mercado de trabalho formal do Ministério do Trabalho e Emprego, como a RAIS, Relação Anual de Informações Sociais. E isso ocorre sem a observação das demais condições de pobreza que ainda envolvem a família ou mesmo investimento realizado na educação de crianças e adolescentes em termos de conclusão dos níveis fundamental e médio, objetivos de médio e longo prazos do programa” (LAVINAS, 2010, p. 35). Assim, por conta dessa focalização dos recursos do PBF, as famílias cadastradas que estão dentro da faixa de renda elegível para o programa mas que possuem algum membro em situação de trabalho formal dificilmente conseguem ter acesso ao benefício.

9 Desde 2003, o Restaurante Popular é uma das ações do Programa Fome Zero, sendo gerenciado pela Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Essa política possibilita acesso a uma alimentação equilibrada em termos nutricionais por R\$ 1.

Já Suellen soube da existência do programa através de contatos com vizinhos que tinham adquirido alguma informação sobre o PBF pela televisão. Ela já havia recebido o Vale Gás e o Cheque Cidadão, e não sabe dizer se passou automaticamente para o PBF. Quando começou a receber o benefício, retirou o recurso “na boca do caixa” por seis meses, até chegar seu cartão. Sabe que sua família é elegível para o programa porque se encontra na “linha da pobreza porque eles fazem a soma lá da renda familiar e *divide* pelo número de pessoas”. Vemos aqui que a categoria “linha da pobreza”, utilizada tanto por acadêmicos quanto por *policy makers*, já foi incorporada pela entrevistada, que também compreende o que seria a renda familiar *per capita*¹¹. Seu marido, Carlos, ao contrário da maioria dos entrevistados, que acredita que a família recebe o benefício porque necessita do mesmo, crê que somente recebe a Bolsa porque “Deus” quis assim ou porque “Deus” contribui com aqueles que de fato precisam.

Nossa outra entrevistada, Regiane, descobriu o PBF com uma vizinha. Pelo fato de nem ela nem seu marido possuírem carteira assinada, o vizinho aconselhou que se inscrevesse no programa com um funcionário da prefeitura que ficava diariamente efetivando cadastramento no Restaurante Popular situado no centro de Itaboraí.

É importante mencionar que o tempo de espera para o recebimento do benefício foi longo: segundo a entrevistada, mais de três anos depois de preenchido o cadastro. Mesmo assim, Regiane produz uma justificação para o recebimento do benefício na direção do elemento “sorte”. Segundo ela, foi preciso ter sorte em relação aos outros que concorreram à mesma política de transferência de renda para conseguir se tornar uma beneficiária legal. Nesse caso, é relevante mencionar que, apesar de a entrevistada ser evangélica há 20 anos, ela não aponta o elemento Deus como base de explicação para a chegada do benefício. Já seu cônjuge, Maurício, afirma que, “desde o lançamento do Bolsa Família pelo governo Lula, já sabia que sua família poderia ser beneficiária, porém nunca conseguiram ter acesso ao cadastramento. Foi sua mulher que deu entrada nos documentos. Mas ao contrário do elemento “sorte” destacado por ela, ele lança mão dos laços pessoais para explicar a entrada no programa.

11 Não podemos afirmar com certeza se o fato de a entrevistada ter concluído o Ensino Fundamental lhe possibilita acumular essas informações que não aparecem nas demais entrevistas realizadas.

Minha mulher tem uma conhecida. Ela mora em São Gonçalo. A Claudia que falou “Vamos comigo lá, que eu vou te levar lá na menina em Vila das Pedras. Eu vou te apresentar à assistente social lá, que ela vai dar encaminhamento”. Aí levou ela lá, pegou *os papel*, e com um mês, recebeu. *Num* demorou nada, um mês.

No Brasil, de maneira geral, parece que tanto os indivíduos de classe média/alta quanto os indivíduos de classe popular (obviamente com diferenciais de qualidade e extensão de seu capital social – BOURDIEU, 1992, p.95) recorrem às relações pessoais para obter acesso a bens e serviços e muitas vezes também aos próprios direitos. Acerca disso, DaMatta (1991) afirma que, ao contrário do que ocorre nas democracias capitalistas do Ocidente, nas quais o modelo de operação da cidadania se vincula à noção de “rua”, ou seja, uma noção universal dos direitos, da legalidade, da impessoalidade e da vida pública, o Brasil seria particularmente caracterizado pelo traço “relacional”, “culturalista” e/ou “familístico”. Daí a perspectiva de Maurício, que entende a chegada do benefício como resultado de uma relação da esposa com uma “conhecida”, que, por sua vez, conhecia uma assistente social. Se o benefício chegou por conta dessa relação ou não, não podemos saber. No entanto, a interpretação de Maurício para a resolução do problema é sintomática e exemplifica o argumento de DaMatta (1991). Nessa mesma direção, Maurício opina sobre por que muitas famílias não conseguem o benefício.

Isso daí eu acho que é por causa de uma força. É assim, no caso. Tem pessoa que não entende e vai lá porque – eu vou ser sincero – tem muita gente que trabalha lá dentro, que não entende, aí fala pra pessoa assim: “Não, não tá fazendo cadastro!” Foi o que aconteceu com ela. Foi várias vezes e tava cancelado, não tá fazendo mais. Aí as pessoas que não *entende vai* dar informações de coisas que não *sabe*. Eles têm que botar uma pessoa que entenda também. Igual no caso dela: ela tentou, tentou e não conseguiu. Agora, por uma pessoa foi diretamente lá. Aí, a menina, não. Bota a ficha dela lá. Aí ela perguntou: “A senhora não falou que não tava fazendo, que tava cancelado, e não explicou o que era?” Expliquei que era o Bolsa Família, porque foi os que estão lá em cima, porque tem muita gente que não conhece. Aí chega lá e bate a porta na cara, porque uma coisa dessas, eu sei que todo mundo tem direito. Todo mundo tem que trabalhar, precisa, mas numa coisa importante que é uma coisa

que não pode ter erro, tem que botar uma pessoa que sabe, porque às vezes você vai resolver um problema, um documento, aí a pessoa não tá fazendo, depois sobra é pra pessoa que foi lá fazer, porque não vai ter prova que foi lá fazer. Isso daí que eles têm que fazer também, tá com umas pessoas que entendem. E faz as coisas direitinho. Tem vezes que vai ali no postinho, faz um papel, e vai lá pra cima, e mesmo que a gente faz e não manda o papel lá pra cima não vai bater que a gente fez. Aí o erro vai ser dali. Mas o governo não vai querer saber e o erro vai ser da gente.

Como vemos, o entrevistado reafirma que, para conseguir o benefício, é necessário ter alguém “conhecido” na esfera governamental, um assistente social, alguém que trabalhe no posto de saúde etc. Interessante notar que na perspectiva de Maurício o alcance do direito ao benefício passa a se restringir àqueles que possuam algum grau de capital social¹² no sentido bourdieusiano do termo. De fato, Bourdieu (1992, p. 95), com o conceito de capital social, aponta para os ganhos que serão obtidos pelos indivíduos em função de suas redes de sociabilidade. Assim, o acesso a pessoas de maior importância social geraria maiores possibilidades de conversão do capital social em vantagens e possibilidades pessoais. No entanto, sabemos que se para as camadas dominantes o uso do círculo de relações sociais se desenvolve com fins de poder, *status* e distinção, para as camadas populares o conhecimento de indivíduos importantes (e nesse caso o “importante” também é relativo, pois pode significar alguém que “conhece” um assistente social) pode significar não um critério de distinção, mas sim o acesso a um mínimo social.

Para Creuza, outra entrevistada, a inserção no programa se deu porque uma vizinha já recebia o benefício e a aconselhou a tentar também. Essa rede de vizinhança permitiu que ela fizesse o cadastro e posteriormente passasse a receber o recurso. Creuza representa o programa como uma ajuda do governo federal à população pobre. Já Jenivaldo, seu marido, transmite uma sensação pessoal de tristeza, pois percebe que é visto pela comunidade de forma negativa. Ele justifica:

Porque, sei lá, vê a gente trabalhando e acha que não precisa, mas não sabe o aperto que a gente passa, o que que tem, tem o Bolsa Família, mas não é nosso. É um dinheiro que a gente não pode mexer. Tá trabalhando; o dinheiro é todo pra gente ficar. As crian-

ças ficam aí trancadas, *num* tem uma coisa a mais pra dar pra eles. Ainda tem criança que vai ao parque, que vai ao circo, que sai pra uma praia. E eles não, fica *tudo* dentro de casa. Dá até pena.

Já sua avaliação sobre o programa se resume a algumas linhas, que indicam uma relação entre o benefício e as crianças.

O Bolsa Família é coisa pras crianças. Não tem jeito *do* pai pegar o dinheiro e ir pro bar beber cachaça, *da* mãe pegar e ir pra farra, porque se ela for pra farra, os filhos *vai* ficar na rua, não *vai* estudar, primeiramente que *num* vai nem respeitar ela. Aí quer dizer, é isso aí.

Apesar de sua percepção positiva do PBF, ele afirma que seria bom ter cursos profissionalizantes, porque “estudar apenas não adianta, e depois você não consegue emprego, fica desempregado mesmo”. É relevante mencionar que Jenivaldo não sabe há quanto tempo sua esposa recebe o benefício. Também não sabe como sua mulher fez para começar a receber a Bolsa, não faz ideia de quais documentos ela precisou entregar, nem onde o fez. Acredita que o programa elegeu sua família por uma questão de necessidade e pelo número de filhos.

Marlucy também era cadastrada no Cheque Cidadão e informa que migrou automaticamente para o Bolsa Família. Soube do programa pela televisão e após o cadastramento esperou três meses pelo benefício. A entrevistada acredita que foi eleita pelo programa porque tem muitos filhos. É interessante notar que, entre o conjunto das beneficiárias, é a única que lança mão dessa explicação. No geral, os entrevistados realçam o elemento sorte como indicador para a contemplação ou acreditam ser a necessidade econômica que os fez receber o benefício.

Josilene soube do Bolsa Família pela televisão e por vizinhos. Afirma que é a primeira vez que recebe algum tipo de benefício social. Josilene considera o PBF positivo, porém acredita que deveria existir um maior controle sobre a gestão do recurso pelos beneficiários.

O Bolsa tentou ajudar muitas pessoas. Acho interessante, mas tem que procurar ver, assim, quem realmente precisa, se aquele dinheiro tá sendo investido nas crianças, em benefício da casa. Porque não adianta nada você pegar o dinheiro e dar pra pessoa e a pessoa num

12 “Le capital social est la somme des ressources, actuelles ou virtuelles, que reviennent à un individu ou à un groupe du fait qu’il possède un réseau durable de relations, de connaissances et de reconnaissances mutuelles plus ou moins institutionnalisées, c’est-à-dire la somme des capitaux et des pouvoirs qu’un tel réseau permet de mobiliser” (BOURDIEU e WACQUANT, 1992, p. 95).

tá nem aí e usar em outras coisas que não tem nada a ver com o que o programa exige. Aqui no bairro vejo que a pessoa pega e gasta com o que *num* deve gastar. Assim, vai sair pra beber, essas coisas assim... Eu acho que deveria ter uma pessoa para ir na casa das *família* mesmo e poder ver realmente se a pessoa precisa ou não, porque é fácil chegar lá em cima e pregar um monte de mentiras e a pessoa vai acreditar, né? Tá falando e é só de boca mesmo. Mas é procurar ver mesmo, se realmente a pessoa precisa, tem que ficar de olho.

Em síntese, podemos destacar alguns pontos importantes acerca do acesso ao programa e das representações sobre ele. O primeiro deles se encontra assentado na percepção das mulheres de que agora estão mais seguras, tendo em vista que o benefício seria uma forma de dirimir suas necessidades – e ao mesmo tempo de seus filhos – e também pela certeza de que, ao final de cada mês, recebem algum dinheiro. Já para seus companheiros, a sensação é de tranquilidade ou maior conforto, pois agora suas mulheres podem colaborar com a compra de brinquedos, material escolar e outros objetos para seus filhos. Assim, transparece nas falas dos homens entrevistados que o benefício os aliviaria do papel de único provedor e da frustração anterior à entrada no programa de não cumprir com algumas demandas típicas das crianças.

O segundo ponto abrange o critério utilizado pelos entrevistados para justificar o fato de terem sido escolhidos pelo programa. Tanto as titulares legais quanto seus cônjuges (com raras exceções) acreditam que foram contemplados ora por sorte, ora por uma questão de necessidade econômica. Outro elemento importante gira em torno da percepção das mães e dos pais de que o programa deve auxiliar as crianças e, portanto, o gasto deve ser conduzido para a melhoria do bem-estar delas.

Por último, percebemos que alguns entrevistados indicam a necessidade de fiscalização dos beneficiários. Suas argumentações apontam em alguma medida para um “sentido de justiça”, ou seja, para eles seria necessário realizar uma verificação do uso do benefício: se há desvio para gastos desnecessários ou se há cumprimento adequado das condicionalidades, com direcionamento do gasto para a família, principalmente para as crianças¹³.

13 O município de Itaboraí possuía em 2010 um total de 14.635 crianças de 0 a 6 anos de idade e uma rede pública de ensino pré-escolar com apenas 40 estabelecimentos (www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1, consulta realizada em 30 de abril de 2012). No bairro em que realizei as entrevistas não havia creche e nenhum dos entrevistados se referiu a essas redes.

Relações de gênero

No momento da realização da entrevista, quando Marília afirmava que o marido ajudava em casa com as tarefas do lar, as crianças entraram na discussão (falando bem próximo ao gravador) e confirmaram tal participação paterna. Outra situação interessante se dá em torno do lazer das crianças. Tanto o marido quanto a mãe afirmam que é somente o pai que os leva para passear. Mas esses momentos de lazer não são frequentes. Não ocorrem em todos os finais de semana, somente em ocasiões especiais, um esforço (disposicional ou econômico) para levar as crianças para algum lugar determinado (brincar em uma pracinha, pular carnaval ou ir a um aniversário).

No que se refere aos gostos culturais, vemos que há uma diferenciação clara por sexo e uma imposição do padrão masculino sobre a possibilidade de a mulher realizar escolhas. Isso se manifesta na possibilidade de assistir a programas de televisão. Marília, por exemplo, sempre quer ver a novela e o marido, o futebol. No final, ele acaba determinando em que canal a televisão vai ser sintonizada. Marília explicita também o preconceito do marido com o fato de ela ser evangélica: “Ele diz que eu tô maluca, que só ouço esses hinos evangélicos.” Com relação ao fato de a mulher ser priorizada para receber o benefício, Fernando diz:

Ah... Acho certo, porque ela passa mais tempo em casa, sabe o que tá precisando. Eu acho justo. Ela sabe mais. Sabe o que tá faltando. E a mulher sempre vai querer bem pros seus filhos. O homem às vezes não sabe com o que vai gastar.

Como vemos, Fernando tem uma justificativa claramente definida para o que seria um acerto do programa ao transferir o recurso pela mulher, pois ela “sabe mais” quando o assunto é a casa e os filhos. Nesse caso em particular, o Programa Bolsa Família parece confirmar o papel social atribuído à mulher, qual seja, o de mãe e de dona de casa, e mostra também o descompromisso do homem/marido com as atividades domésticas. Se o programa prioriza a mulher porque ela teria condições melhores de gerir o recurso, essa escolha é condizente com aquilo que já se encontra presente tanto nas representações das beneficiárias como nas de seus maridos, como vimos. É interessante notar que Suellen aponta certa dificuldade de conciliação entre a busca por trabalho e a atividade materna:

Assim, eu tô sempre desempregada, mas ele, no caso, foi até quando ele tava parado. Aí eu fiquei muito tempo. Assim, porque eu nem procuro trabalho, por causa das crianças. Então eu não me vejo desempregada. Eu já trabalho dentro de casa. Eu raro pra caramba em casa. Então eu não estou desempregada.

Suellen possui uma percepção de que o trabalho do “cuidar” (referente às crianças e ao lar) é uma ocupação e, por isso, não acredita compor a categoria de desempregados. Ela não apresenta indícios de sentir-se diminuída socialmente por estar recebendo o benefício, no entanto, sinaliza uma relação de dependência e dificuldade. Aqui aparece a questão da conciliação trabalho/família, ou seja, da dificuldade ou impossibilidade de buscar o mercado de trabalho por conta de filhos e marido.

Ah, eu me sinto bem, porque, assim, não tão bem, porque eu acho, assim, que a gente tem que lutar pra ganhar o melhor na nossa família. Tudo bem que é uma ajuda pras famílias que precisam. Eu fico pensando que poderia lutar pra ter mais, trabalhar, ajudar meu esposo, porque a gente tem que pensar o melhor pra nossa família. Eu penso assim, se puder não, eu posso, é só eu querer, eu tenho que ter atitude, tenho que lutar pra dar o melhor pros meus filhos. Mas no momento eu não estou podendo, até mesmo pra não ter briga dentro de casa, porque eu sei que ele não vai querer que eu vá trabalhar. Então eu vou ter que depender mais um pouco do Bolsa Família.

Dois vetores parecem se intercalar: a dominação masculina que a impediria moralmente de trabalhar porque seu parceiro não gosta; e, como recebe uma “ajuda” governamental, não haveria urgência material explícita que justificasse a sua inserção laboral. Esses fatores parecem condicionar sua atitude atual com relação ao mercado de trabalho. Ainda discorrendo sobre como se sente em ser beneficiária, Suellen afirma que mesmo após o recebimento do benefício ela não consegue satisfazer as necessidades de seus filhos, principalmente porque

agora nasceu mais um. Essa renda não dá. Uma de 15 anos. Às vezes as coisas não dá. Ela até reclama e isso me entristece. Quando ela vê as colegas com uma roupa nova e ela não tem, ela quer uma roupinha eu não posso comprar, aí eu tenho que ficar explicando.

Suellen, ao refletir sobre possíveis mudanças na sua relação com o marido após a entrada no PBF, afirma:

Eu acho que eu fiquei mais independente, deixei de ficar tão dependente dele, mudou isso assim. Ele pode até não ter gostado, porque homem gosta de mulher nos pés dele, mas é assim: ele sabe que o que eu faço é o melhor, eu não penso nem em mim, eu penso nos meus filhos, tudo o que eu faço, eu faço pensando nos meus filhos, até a maneira de falar, eu sei que eu tô errada, de falar “meus filhos”. Eu tenho que falar “nossos filhos”. Tudo que eu faço eu faço pelo benefício dos nossos filhos. Não é pra mim nem pra ele... pensando mesmo no futuro deles. Eu procuro investir pra que eles tenham um bom futuro, pra não ter que passar o que a gente passa. Às vezes a gente passa um pouquinho de aperto e não quero isso pra eles, que eles venham ver que eles têm que arcar, eu tento ensinar a eles a gastar o dinheiro deles, saber dividir o dinheiro.

Podemos ver aqui outra demarcação de gênero que circunscreve essa relação conjugal. Suellen acredita que todo homem gosta e valoriza aquela mulher que é submissa a ele (“porque homem gosta de mulher nos pés deles”). Além disso, ela afirma investir o recurso apenas em seus filhos, não gastando nada consigo nem com seu cônjuge.

Interessante notar que Suellen fica preocupada e triste por não poder realizar os desejos dos filhos, situação semelhante à que ocorre com o pai, embora nos pareça que no caso dele haja um “efeito perverso” da dominação masculina sobre si próprio. Carlos parece sofrer – em maior medida que a esposa – com a pressão social e moral relacionada ao papel social masculino de provedor da família. Por não conseguir cumprir esse papel, sente-se fracassado. Acerca desse aspecto, Suellen afirma:

Ele não gosta de deixar nada faltando pros filhos dele, ele fica triste. Quando falta alguma coisa, ele fica muito triste, chega até a chorar. Ele dá o jeito dele. Se tiver que pedir emprestado, ele pede. Ele não gosta que *falta* nada dentro de casa e às vezes vai andando a pé para o trabalho para economizar na passagem para dar comida pros filhos.

Quando confrontada com a pergunta “O que você acha melhor: a mulher cuidar da casa ou trabalhar?”, Suellen afirma que, para ela, é melhor que a mulher de fato cuide da casa e dos filhos, porque “aqui em casa ele já trabalha, então eu tenho que cuidar dos filhos. A violência de um lado pra cá. Então tem que tá de olho, se não pode ir para o mau caminho.” A entrevistada relata episódios de conflitos e violência física que ocorriam em sua relação conjugal:

Antigamente a gente brigava de bater um no outro, mas depois das conversas que eu tive com ele... Fora das brigas ele sempre foi uma bênção. É um bom esposo, me ajuda pra caramba, ele faz tudo: lava, passa, cozinha. Quando ele não quer fazer, não faz não. Aqui em casa, cada um faz alguma coisa. Só me ajudando.

Tentamos aprofundar com ela o tema da violência doméstica. No entanto, ela se sentiu constrangida. Mas o fato de terem existido conflitos conjugais não significa que o marido terá uma postura “tradicional” no que tange às atividades típicas do lar, pois identificamos que ele contribui com as tarefas domésticas. No entanto, não podemos fazer uma correspondência entre o recebimento do benefício e o cessar da violência doméstica, exatamente porque a entrevistada não sabe precisar quando terminaram os atos de agressão¹⁴.

Se, para sua esposa, o dinheiro do programa gerou certa independência em relação ao cônjuge, para Carlos a relação melhorou, porque agora “ela não me tenta mais dizendo ‘me dá dinheiro para isso, me dá dinheiro para aquilo’; ela me ajuda mais”. Aqui poderíamos fazer dois tipos de interpretação. Em uma primeira, Carlos acha positivo o fato de a mulher não requisitar mais seu dinheiro porque “sobra” mais para seu uso próprio. Nesse sentido, em princípio poderíamos ir além da constatação de que são as mulheres que ficam com o cartão e que têm o controle total sobre o dinheiro (inclusive, nesse casal, o marido nem sabe quanto ela recebe), para pensar também o outro lado da questão: o fato de o marido poder, em alguma medida, se abster de contribuir com as despesas domésticas.

Outra interpretação poderia indicar que Carlos se encontra em situação de vulnerabilidade extrema e acha positivo que a mulher tenha seu próprio dinheiro, pois o seu não é suficiente para o sustento da família – tendo em vista que às vezes vai a pé

14 Contudo, como mostramos antes ao discutir as mudanças positivas que resultam do programa, verificamos que Suárez e Libardoni (2007) afirmam que o PBF pode produzir um efeito de diminuição, mesmo que pequeno, de violência doméstica.

para o trabalho para poder economizar (o que é relatado por ambos). De fato, o que podemos deduzir da afirmação de Carlos é certo “alívio” em relação às cobranças que, simbólica ou mesmo materialmente, recaem sobre o homem em seu papel “tradicional” de provedor. Na outra ponta disso, Carlos confirma que sente muito por não conseguir desempenhar aquilo que acredita ser o papel de pai:

Eu sempre acho que tá faltando alguma coisa. Eu sei que falta tempo pra ficar com eles, porque trabalho quase todo fim de semana e, além disso, o que eu ganho não dá para dar tudo a eles. Eu tiro a minha passagem pra dar a eles.

Essa forma de se definir como “pai” é semelhante à que manifesta Cláudio, marido de Marlucy: “Acho que é por causa do trabalho. Trago dinheiro pra casa, boto a comida deles no prato no dia a dia. Quando eu posso fazer mais, eu faço mais.” Como vemos, sua representação do papel de pai se circunscreve a elementos objetivos, principalmente à relação entre trabalhar e obter o salário que permitirá a sobrevivência dos seus filhos. É uma chave de sentido semelhante que leva Maurício a se definir como um “fracassado” em sua atuação como pai. Vejamos:

Fracassado! Eu digo que eu sou fracassado, porque eu não tô conseguindo cumprir com o dever de homem de casa. Mas não é porque eu quero! É porque tenho esse problema nas pernas!¹⁵ Porque, se não, eu cumpria toda a minha parte!

Já ao comentar a priorização do benefício para a mulher, Maurício afirma que

o governo fez isso porque a mulher tem mais tempo que o homem. Aí já fica na responsabilidade dela, porque se o homem trabalha, a mulher fica em casa. Ela recebendo, ela sabe *as obrigações* dela fazer e dos filho fazer, que se o marido trabalhar fora, no caso o outro trabalha e outro fica em cima, mas se eu ficasse em cima, ela não lembrava. Então, eu trabalhando, ela tinha que ficar em cima, mesmo que ela botasse esse dia, eu tenho que fazer, essa hora, aí a responsabilidade fica em cima dela. Mas tá no nome dela. Mas eu sempre fico olhando. O tal dia a vacina das crianças, olha o peso... Por isso que tem que ficar na responsabilidade da mulher. Eu não teria tempo para isso, porque eu trabalhava de segunda a segunda.

15 Maurício sofreu um acidente e teve que pôr 10 parafusos na perna, o que o mantém praticamente imobilizado.

No último trecho de sua fala, podemos perceber que Maurício identifica os cuidados com a saúde das crianças como uma tarefa da “responsabilidade da mulher”. Nesse mesmo sentido, aponta que a mulher deve tomar conta da casa e dos filhos e não trabalhar. Sobre esse aspecto, afirma:

Prefiro a mulher ficar em casa e o homem trabalhar porque o homem, ele na rua é mais... Como é que eu vou te falar? Ele faz mais fora do que dentro de casa, que o certo da mulher é ficar dentro de casa. A não ser quando dá pros dois trabalhar. Aí, estudando os quatro [filhos] de manhã, pra ela poder trabalhar meio horário, aí é outra coisa. Que a mãe é que tem que tomar conta dos filhos, não o pai, ainda mais quando tem menina moça dentro de casa. É a mulher que tem que ficar em casa e o outro trabalhar.

Interessante notar que, apesar da percepção de que a mulher deveria preferencialmente cuidar dos filhos e da casa e não ir para o mercado de trabalho, Maurício realiza também tarefas domésticas, o que é confirmado por sua mulher.

Quando ela tá lavando roupa, eu faço o almoço, limpo a casa, lavo o banheiro (risos). Só não lavo a roupa. Isso, daí eu não lavo. O que faço mais é almoço e janta; café da manhã quem faz é ela. O almoço e janta hoje é ela que tá fazendo, mas a maioria dos dias sou eu. Quando a maior tá em casa a maior que limpa. Aí eu vou pra cozinha. Aí, quando ela não tá, só quem lava a roupa é a minha mulher. Ou, se não é a maior de 12 anos que lava, a roupa que *pertence delas*, ela lava, porque às vezes chega tarde, pega às 4h e chega aqui meia-noite. Não tem como ela lavar roupa. Aí ela lava o necessário. Eu que tomo conta das crianças quando ela sai pra trabalhar. Quem toma conta dos quatro sou eu! Eu que mando tomar banho, eu que dou janta, eu que boto pra dormir, tudo comigo!

Quando perguntamos o que mais incomoda Maurício na relação conjugal, ele responde:

Minha esposa pede para mim não bater no filho mais novo, de sete anos, porque ele é muito levado. E então ele pode fazer o que ele quer, não mas você não bate só grita, que gritar isso que me incomoda... (risos).

Como vemos, o que o chateia é o fato de a mulher questionar sua postura violenta perante o filho mais novo. Maurício acredita ser arbitrária a interferência da mulher nesse assunto, exatamente porque parece que ele teria autoridade enquanto pai para realizar tal ação.

Segundo Creuza, os serviços domésticos são sempre divididos (ela se refere a “sempre, louça, faxina, tudo”). No entanto, a tarefa de cuidar das crianças é função exclusiva dela. Creuza parece estar bem informada do que ocorre na escola das crianças. Um dia antes da entrevista, ela havia ido à escola para conversar com uma das professoras. Além disso, afirma frequentar todas as reuniões. Por isso, acha correto a priorização da entrega do benefício à mulher.

A mulher que organiza as coisas. O homem é mais desligado. Certas mulheres também, que tem mulher que é *meia* doida. Eu faço *tudo* direitinho. A mulher que cuida das crianças. Ela sabe que as crianças tudo precisa, entendeu?

Seu marido, Jenivaldo, diz que a família gasta o benefício especificamente com as crianças e, portanto, não percebe mudanças na vida de sua esposa depois da entrada no programa. Ele diz: “Ela tá aí velha caída, sem nenhuma arrumação. Podendo estar mais bonitinha...” Apesar de dizer isso, Jenivaldo irá mostrar que, na verdade, falta tempo para que ela possa cuidar de si própria. Por fim, ele acaba confirmando que sente pena da esposa.

Quando as crianças ficam falando que não vão estudar... Às vezes, a maior perde a hora. Coitada, ela cuida da casa. Às vezes vai dormir cansada, já estourada, ainda tem que estudar. Sai de casa e estuda. Esse [filho] é o mais difícil. Acordar de manhã, eu não acordo. Ela me pede às vezes. Eu sou sincero, eu não acordo. Eu acho que a criança começou a estudar, tem que aprender a acordar cedo. Porque, se a gente acordar eles toda a vida, quando tiver maior a gente vai ter que continuar acordando eles. Então eles têm que aprender a acordar cedo sozinhos. Porque quando tiver um trabalho amanhã, depois quem é que vai tá pra acordar eles? Então, eu penso assim, pra mim eles têm que acordar sozinhos, pra escola, entende? Porque é isso aí.

Assim, a troca de favores entre cônjuges nos parece mais intensa da esposa para com seu parceiro, porque quando ela pede a Jenivaldo que acorde as crianças por estar cansada, ele não o faz. Apesar de o marido compreender que sua esposa está exausta, ele fornece uma explicação relacionada à ideia de que é melhor para as crianças que elas acordem cedo sozinhas, pois assim ganhariam tal responsabilidade para o futuro. Jenivaldo, a partir de sua experiência de vida, acredita que seus filhos devem seguir as mesmas práticas que marcaram sua vida.

Tinha que acordar 5 horas da manhã. Minha madrasta, ela não me acordava. Tinha que acordar sozinho. Naquela época, não tinha isso. Eu era obrigado a estudar, entendeu? Do mesmo modo, eles têm que aprender a se virar.

Talvez possamos aqui estabelecer uma relação entre essa “desculpa” de Jenivaldo e o que Lyman e Scott (2009) denominaram de *account*. O conceito de *account*, segundo os autores, pode ser caracterizado de duas formas distintas: como justificativa e como desculpa. No primeiro caso, alguém assume a responsabilidade pelo fato em questão, mas nega a concepção pejorativa acerca de tal fato. Aqui a concepção é positiva, legítima, e o ato em si não gerará complicações para a relação estabelecida, exatamente porque o ato não foi intencional. Podemos citar como exemplo qualquer tipo de acidente casual. Já no segundo caso, as desculpas ocorrem quando alguém admite que o ato em questão seja qualificado como “ruim”, “errado” ou “impróprio”, mas nega ter plena responsabilidade sobre ele. Assim, as desculpas são socialmente aprovadas para diminuir essa responsabilidade, e sua forma, de acordo com Lyman e Scott (2009), é ilegítima.

Já com relação ao eixo gênero, vemos que o benefício mudou a vida de Marlucy pelo menos em uma direção:

Agora eu quero comprar uma coisa e não fico pedindo ao marido: eu faço *as coisa* sozinha. Já comprei um armário, um guarda-roupa e uma máquina de lavar para mim, e assim, vou te confessar, agora ele pede o meu (risos). Pede o meu e quando eu peço o dele, quer saber pra quê.

Se antes do recebimento do benefício ela dependia totalmente do salário do marido, agora, embora não tenha havido uma inversão, ela tem certa autonomia feminina, o que é corroborado pelo fato de o marido pedir dinheiro emprestado. Podemos pensar pelo menos na possibilidade de a máquina de lavar liberar em alguma medida a mulher de uma tarefa doméstica (lavar a roupa à mão), o que talvez possa auxiliá-la a reordenar seu tempo em relação à “vida do lar” e às “tarefas da casa”. Sobre a orientação do programa de priorizar a transferência do benefício para as mulheres, Marlucy diz: “Eu acho fundamental a mulher ter o dinheiro, porque homem só pensa na geladinha. Eu não bebo, não fumo, não faço nada disso.” Marlucy, que é protestante, explica a prioridade conferida às mulheres a partir de uma representação que segue essa mesma lógica: “Se a cabeça é governada pelo homem, não vai pra frente, não. A Bíblia fala que o homem é o cabeça, mas não é assim, não.” Nessa mesma direção, ela acredita que:

É melhor a mulher cuidar da família do que ir para o trabalho. Não tem como largar os filhos assim não. A mãe larga em casa pra ir trabalhar e os filhos ficam em casa. Fica demais e os maridos não *aceita* não. As mulheres têm que ficar em casa.

Seu marido, Cláudio, não gosta que ela saia ou se divirta sozinha. Ela conta: “Eu acabo não saindo, porque pra sair com os filhos não dá. Melhor ficar em casa. Às vezes quero sair sozinha, sem marido, sem nada, só eu, entendeu? Mas não dá.” Já seu marido consegue se divertir, mesmo apenas no entorno da casa:

Ah, ele sai, não vai assim pra porta da barraca. Vai lá fora, vê as coisas, aí brigo com ele toda semana, né? Brigo com ele o tempo todo, porque jogar os filhos nas minhas costas fica meio difícil, né? Porque eles obedecem a ele, e ele estando em casa, tem vezes que eles não estão. Aí é uma coisa. Aí eu brigo tudo com ele, me estresso bastante.

É interessante notar que Cláudio avalia de forma positiva o fato de as mulheres receberem o benefício, tendo em vista que “elas são boas com renda, sabem economizar (risos)”. Cláudio acredita que a mulher deva ter ajuda do marido para cuidar dos filhos. Ele diz contribuir com as tarefas domésticas: “Cuidar da casa, fazer comida, lavar a louça – Eu não me incomodo. Ela é uma boa pessoa. Tudo o que aconteceu na minha vida até agora. Na casa eu varro, faço comida, lavo roupa, tudinho.”

Diferentemente das demais entrevistadas, Josilene afirma que a boa administração do recurso transferido pelo programa depende de características pessoais, e não de gênero. Assim, faz um descolamento entre o gênero feminino e a melhor administração da bolsa. Vejamos:

Olha, é como a gente vê aí que tem homem que recebe e tem homem também que eu já vi caso de um que recebe o Bolsa Família, separado da mulher... recebe e ele sabe administrar o dinheiro ali na casa, e a mulher também. Tem mulher, né? Não são todas! Falando assim, tem pessoas que sabem, tem pessoas que não sabem. E nesse caso tem homem que sabe muito bem administrar, que não pega o dinheiro pra bagunça. E tem mulher também, né? São casos e casos.

Nesse sentido, afirma que, se o homem fosse o beneficiário legal, nada seria diferente.

Não, eu acho que vai ser a mesma coisa que tá sendo pra mulher. Vai depender muito da família, como a família é em casa, independe de ser homem ou mulher, se for responsável...

Josilene se coloca decisivamente contrária à fixação da mulher no cuidado da casa em detrimento de sua inserção no trabalho remunerado, pois afirma que

dona de casa não, ninguém vê mais assim. A mulher sente falta de ter seu dinheiro, né? Faz muita falta. Você precisa comprar as coisas, precisa do dinheiro pra tudo. E não ter faz muita falta. Ser mais independente é muito bom! Tem que trabalhar, tem que conseguir conquistar as coisas também, né?

Quanto à participação do marido em atividades ligadas ao cuidado com os filhos, Josilene aponta que essa se dá a partir das características da situação. O exemplo que a entrevistada fornece é do campo da saúde: “Dependendo da gravidade, o pai vai comigo também. Se tá muito ruim, os dois que leva, pra poder ficar um ajudando o outro, mas quando é exame ou alguma coisa assim de rotina, aí eu que levo.”

Já Denílson, marido de Josilene, concorda com a priorização do benefício para a mulher e afirma:

É bom, porque a mulher tem o controle das coisas que faltam pras crianças, porque mulher tem mais sabedoria, tá no dia a dia com a criança. Aí tem mais controle. O homem não, o homem tem que trabalhar, correr atrás. Aí fica mais difícil, *por causa que* o homem não ia ter tempo de controlar.

Questionado sobre em que medida o PBF alterou sua relação conjugal, Denílson responde que: “Do jeito que eu via antigamente, *melhorou* muito as incumbências do dia a dia. Pra dizer a verdade eu até gostava quando ela chegava e pedia, mas agora tá mais independente.” Aqui vemos que Denílson admite que gostava da posição de dependência de sua esposa, embora perceba que agora ela está melhor. Essa afirmação é similar a sua opinião relativa à inserção das mulheres no trabalho remunerado:

Trabalhar ajuda, mas se ela ficasse em casa seria melhor, que ela tá no dia a dia com a criança, e já tinha mais controle das coisas, porque quando a mulher faz as duas coisas, fica sem controle, fica mais à vontade, já quer se mandar. Aí fica difícil.

Ele também diz que se incomoda quando a mulher sai sem o avisar: “Uma coisa que me deixa p... da vida é quando ela sai e não me avisa.” De fato, o entrevistado expressa uma linha contínua de práticas e representações que valorizam uma postura de submissão e dependência da mulher e fixação dela no ambiente doméstico. No entanto, assim como no caso de outros homens entrevistados, Denílson não se furta a executar algumas tarefas domésticas quando necessário. Afirma que quando sua esposa trabalhava,

tinha que chegar do serviço e fazer janta e tudo, lavar roupa. Eu deixava para ela fazer no final de semana, mas lavava louça. No médico, é muito difícil. É mais ela. Graças a Deus, só vou quando *eles se machuca*. Aí tem que levar mesmo.

Como vimos, a divisão das tarefas domésticas e do cuidado com os filhos entre os beneficiários do programa parece reproduzir um padrão esperado socialmente no qual a mulher é a responsável pelas tarefas referentes ao *care*. Os cônjuges homens acreditam que não precisam se envolver nas condicionalidades do programa, opinião compartilhada pelas mulheres. Há relatos, porém, que sinalizam um relativo aumento da independência feminina em relação a seus maridos, pois elas agora possuem “seu” dinheiro e demandam menos a renda do cônjuge. O que os rela-

tos parecem mostrar é que tanto os homens/maridos quanto as mulheres/esposas compartilham a visão tradicional e patriarcal de que as tarefas domésticas, inclusive a criação dos filhos, é de responsabilidade das mulheres. Os homens são provedores e as mulheres cuidadoras. A chamada independência financeira das mulheres, com os poucos recursos do PBF, em relação aos seus maridos/companheiros, consiste, na verdade, em uma responsabilização para gastar com a família o dinheiro recebido. Nesse sentido, o PBF está apenas reforçando a estrutura tradicional de família, com a manutenção das desigualdades de gênero.

Percepção sobre chefia familiar

A entrevistada Marília salienta que seu esposo é o único chefe da família, porque a renda do domicílio advém de seu esforço e trabalho. Já Alcides, o marido, em princípio apresenta dúvidas quanto a isso, mas por fim se declara da mesma posição.

A opinião de Lucinéia sobre quem ela considera chefe de sua família é: “Eu. A gente discute, mas eu tomo a decisão da casa.” Fernando, seu marido, concorda que sua esposa é a chefe do domicílio, porque é ela que toma conta da casa e das crianças.

Já Suellen considera que seu marido é o chefe da família porque “o dinheiro básico mesmo é ele que traz; a bolsa é só complemento, entende?” Já Carlos, seu marido, considera sua esposa a chefe de família, porque é Suellen quem resolve todos os afazeres domésticos (o que inclui a realização de compras de supermercado) e as tarefas mensais fixas (pagar contas, por exemplo).

Sobre a definição da chefia familiar, Regiane considera seu marido chefe da família, porque, segundo ela, “é ele que manda”. Maurício de fato se autodeclara chefe, porque dele adviria o sustento da família.

Creuza considera chefes da família ela e o marido:

as coisas são divididas aqui dentro, entendeu? Ele me ajuda, mas ele também tem que trabalhar. Aí nem sempre tá em casa. Tipo: um ajuda o outro. Aí tem, na hora que ele chega, fica no corre-corre. Aí eu acho, assim, pelo menos os dois ajudam.

Jenivaldo afirma que sua mulher é a chefe da família porque é ela quem toma conta das crianças, ou seja, ser chefe para ele significa ter o estatuto de mãe. Já Marlucy se considera chefe da família porque, segundo a entrevistada, é ela quem organiza a vida fami-

liar: “Eu que tenho que controlar a casa, né? Os filhos. Tenho mais contato com eles. Por isso que eu me considero o chefe da família.” Carlos concorda com ela e afirma que sua esposa é a chefe da família porque ela permanece mais tempo com as crianças.

Para Josiane o chefe de sua família é “meu marido (risos), porque a única renda que tem é dele. Aí, ele é que mantém a casa, né? E tem mais maturidade (risos).” Seu marido, porém, aponta primeiramente que seria a esposa, mas aí ao perguntarmos por quê, ele diz: “Não, é... Não, na verdade, sou eu, né? Porque mantenho a casa. Eu que corro atrás pra manter”.

Algumas considerações sobre as entrevistas com casais

Como mostramos, um achado de pesquisa interessante se baseia nos critérios de justificação que os beneficiários manipulam para explicar por que foram eleitos pelo programa. Basicamente, ressaltamos dois: a sorte e a necessidade econômica (apenas uma das entrevistadas afirma que o fato de ter filhos pode ter contribuído para sua entrada no PBF; outro aponta a figura de Deus como aquele que contemplou sua família). Verificamos ainda que as mulheres, em todos os casais entrevistados, não somente têm a posse do cartão como controlam o dinheiro transferido. Na maioria das vezes, os maridos não sabem qual é o valor do benefício. Se, por um lado, isso as torna relativamente independentes, por outro parece haver uma possibilidade de retenção (mesmo que não expressiva) por parte do parceiro sobre seu ganho pessoal, tendo em vista que agora a mulher possui uma renda própria.

É importante salientar que tanto para as beneficiárias quanto para seus cônjuges a noção de chefe de família, longe de significar somente poder econômico, status ou autoridade, relaciona-se também em grande parte com a esfera doméstica e com o papel social de dona de casa e de mãe. De fato, parece haver duas chaves de justificação para a “chefia da família”. Quando ela é atribuída à mulher – seja essa atribuição feita por ela própria ou pelo cônjuge – tem relação com a administração da casa e das crianças. Mas quando a chefia é atribuída ao homem – atribuição esta feita por ele próprio ou por sua esposa – tem relação com dinheiro e provimento.

Trata-se de uma definição generificada de chefia da família. Assim, quando o homem afirma que a mulher é a “chefe”, ele está pensando nas atividades do cuidado socialmente atribuídas às mulheres. Da mesma forma, as mulheres que se denominam chefe da família estão pensando em elementos de sua rotina junto à casa e aos filhos e não em dinheiro ou no mercado de trabalho. Na outra ponta, quan-

do o homem se diz o chefe da família, está pensando no dinheiro que “traz para casa” e no trabalho que exerce. Essa é a mesma explicação que as mulheres entrevistadas utilizam quando apontam seus cônjuges como chefes: são eles que proveem os recursos financeiros.

O auxílio paterno no cumprimento das condicionalidades do programa somente ocorre quando, por uma situação específica, a mulher não pode mais (ou nem sempre pôde) realizar as tarefas relativas ao cuidar. Nesse caso, podemos refletir sobre como pequenas modificações na vida cotidiana podem incidir sobre uma estrutura mais ampla – por exemplo, o caso do marido que passa a fazer as tarefas domésticas porque a mulher trabalha até mais tarde ou nos fins de semana. Como mostramos, o pai participa da educação das crianças apenas quando há uma quebra de expectativa social. Nesse caso, quando elas apresentam notas baixas, quando o professor encaminha bilhetes para os pais etc. As situações extraordinárias parecem ser de fato um demarcador da participação paterna no cuidado com as crianças.

Buscamos compreender como se desenvolvem as relações de gênero entre casais que passam a receber o Bolsa Família. Nesse ponto, um elemento relevante diz respeito ao fato de que, para as mulheres, o programa possui sentido positivo, sendo tomado como algo da sua esfera de responsabilidade. Por outro lado, os homens procuram não se engajar no mesmo. Mais especificamente, estamos afirmando que é significativo que a quase totalidade dos homens entrevistados expresse nada saber sobre o benefício recebido (valor, forma de acesso, documentação necessária e condicionalidades). Provavelmente isso se relaciona como a compreensão masculina de que a política substitui seu papel de provedor e ainda pode produzir moralmente o entendimento de que ele é “fraco” e não possui o mérito de conseguir sustentar a família. Mas também tem relação com a noção de que o PBF é “para as crianças” e, conseqüentemente, atribuído à esfera feminina. Nessa direção, é possível que em alguma medida eles representem o programa como “coisa de mulher”.

Assim, a relação de gênero se apresenta estratificada, na medida em que há uma atribuição total do benefício à mulher enquanto ser capaz de distribuir o recurso à família e, sobretudo, de investir nas crianças, mais que nela mesma. O marido então seria um coadjuvante que assiste à mulher administrar um dinheiro que não foi ele que colheu. Dito de outra forma, o homem (marido ou parceiro) procura se afastar de ligações práticas e também subjetivas com o benefício, pois a presença do Estado no seio de sua família colocaria em xeque sua “masculinidade”. Em outra direção, essa presença do Estado, na percepção masculina, estaria somente disponibilizando às mulheres formas de exercerem suas tarefas típicas – com as quais os homens não têm muitas relações.

Referências

- ALVES, José Eustáquio [e] CAVENAGHI, Suzana. (2009), “Família, trabalho e pobreza nas políticas de transferência de renda: O caso do Programa Bolsa Família no Recife”. Trabalho apresentado no VII Enaber, FEA/USP.
- ANDERSEN, Lykke. (2007), “Entradas y salidas de la pobreza: Análisis del papel del comportamiento reproductivo con datos del panel de Nicaragua 1998-2001”. Notas de población, nº 83. Santiago, Cepal, pp. 127-154.
- ARRAIGADA, Irma [e] MATHIVET, Charlotte. (2007), “Los programas de alivio a la pobreza Puente y Oportunidades: Una mirada desde los actores. Políticas Sociales”, nº 134. Santiago, Cepal.
- BANCO MUNDIAL. (1997), *Toward Gender Equality: The Role of Public Policy*. Washington, D.C., Banco Mundial.
- BOURDIEU, Pierre [e] WACQUANT, Loïc. (1992), *Réponses: Pour une anthropologie réflexive*. Paris, Seuil.
- CARLOTO, Cássia [e] MARIANO, Silvana. (2009), “Gênero e combate à pobreza: Programa Bolsa Família”. *Estudos Feministas*, Vol. 17, nº 3, pp. 901-908.
- _____. (2010), “Desigualdades de gênero: Um olhar sobre o feminino nos programas de combate à pobreza”. Apresentado no encontro *Fazendo Gênero 9*, UFSC.
- CEDEPLAR. (2007), *Avaliação de Impacto do Programa Bolsa Família. Sumário Executivo*. Brasília, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.
- DAMATTA, Roberto. (1991), *A casa e a rua*. Rio de Janeiro, Guanabara Koogan.
- DOOLEY, Martin. (1994), “Women, Children and Poverty in Canada”. *Canadian Public Policy*, Vol. 20, nº 4.
- ESPING-ANDERSEN, Gøsta. (1990), *The Three Worlds of Welfare Capitalism*. Princeton.
- _____. (1999), *Social Foundations of Postindustrial Economies*. Nova York, Oxford University Press.

- _____. (2002), *Why We Need a New Welfare State*. Oxford, Oxford University Press.
- FARAH, Marta. (2004), “Políticas públicas e gênero”. Em: GODINHO, Tatau [e] SILVEIRA, Maria Lúcia (orgs). *Políticas públicas e igualdade de gênero*. São Paulo, Coordenadoria Especial da Mulher.
- FERNANDEZ-MORALES, Antonio [e] HARO GARCIA, Julia de. (2000), “A note on poverty and gender in Spain”. *Journal of Income Distribution*, Vol. 8, nº 2, pp. 235-239.
- FONSECA, Ana. (2010), “As mulheres como titulares das transferências condicionadas: Empoderamento ou reforço de posições de gênero tradicionais?” Trabalho apresentado no 13º Congresso Internacional da BIEN.
- FUCHS, Victor. (1986), “The Feminization of Poverty?”. NBER Working Paper Series, Vol. w1934. Disponível (on-line) em: <http://ssrn.com/abstract=227084>
- GODINHO, Tatau. (2004), “Construir a igualdade combatendo a discriminação”. Em: GODINHO, Tatau [e] SILVEIRA, Maria Lúcia (orgs.). *Políticas públicas e igualdade de gênero*. São Paulo, Coordenadoria Especial da Mulher.
- HALL, Anthony. (2006), “From Fome Zero to Bolsa Família: Social Policies and Poverty Alleviation under Lula”. *Latin America Studies*, Vol. 38, nº 4.
- IBASE. (2008), *Repercussões do Programa Bolsa Família na segurança alimentar e nutricional das famílias beneficiadas, documento síntese*. Rio de Janeiro, Ibase.
- IPEA. (2006), *Sobre a recente desigualdade de renda no Brasil*. Brasília, Ipea.
- JENSON, Jane (1997), “Who Cares? Gender and Welfare Regimes”. Em: *Social Politics*, Vol. 4, nº 2, pp. 77-99.
- LAMPIETTI, Julian [e] STALKER, Linda. (2000), *Consumption Expenditure and Female Poverty: A Review of the Evidence*. Policy Research Report on Gender and Development. Washington, Banco Mundial.
- LAVINAS, Lena. (2007), “Excepcionalidade e paradoxo: Renda básica *versus* programas de transferência direta de renda no Brasil”. *Ciência Saúde Coletiva*, Vol. 12, nº 6.
- _____. [e] COBO, Barbara. (2010), “Políticas sociais universais e incondicionais: Há chances reais de sua adoção na América Latina?” Trabalho apresentado no 13º Congresso da Rede Mundial de Renda Básica (Bien).
- LEWIS, Jane. (2001), “The Decline of the Male Breadwinner Model: The Implications for Work and Care”. *Social Politics*, Vol. 8, nº 2, pp. 152-170.
- MARCOUX, Alain. (1988), “The feminization of poverty: Claims, facts and data needs”. *Population and Development Review*, Vol. 24, nº 1, pp. 131-139.
- MDS. (2006), *O programa Bolsa Família e o enfrentamento das desigualdades de gênero*. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome /Agende.
- MELO, Hildete Pereira [e] BANDEIRA, Lourdes. (2005), *A pobreza e as políticas de gênero no Brasil*. Santiago, Cepal.
- MOGHADAM, Valentine. (1997), *The Feminization of Poverty: Notes on a Concept and Trend*. Normal, Illinois State University.
- MOLYNEUX, Maxine. (2006), “Mothers at the Service of the New Poverty Agenda: Progres/Opportunities, Mexico’s Conditional Transfer Programme”. *Social Policy and Administration*, Vol. 40, pp. 425-449.
- NORTHROP, Emily. (1990), “The Feminization of Poverty: The Demographic Factor and the Composition of Economic Growth?”. *Journal of Economic Issues*, Vol. 24, nº 1, pp. 145-160.
- ORLOFF, Ann Shola. (2007), “Farewell to Maternalism? State Policies and Mothers’ Employment”. Working Paper Series. Institute for Policy Research, Northwestern University.
- PAUGAM, Serge. (2003), *Desqualificação social: Ensaio sobre a nova pobreza*. São Paulo, Educ/Cortez.
- PEARCE, Diana. (1978), “The Feminization of Poverty: Women, Work and Welfare”. *Urban and Social Change Review*, Vol. 11, pp. 28-36.
- PRESSMAN, Steven. (1998), “The Feminization of Poverty: Causas and Remedies”. *Challenge*, Vol. 31, nº 2, pp. 57-61.

- PETERSON, Janice. (1987), “The Feminization of Poverty”.
Journal of Economic Issues, Vol. 2, nº 1.
- QUEIROZ, Cristina; COSTA, Joana Simões; PINHEIRO, Luana [e] MEDEIROS, Marcelo. (2005), A face feminina da pobreza: Sobrerrepresentações e feminização da pobreza no Brasil. Discussion Papers. Brasília, Ipea.
- SOARES, Vera. (2004), “Políticas públicas para a igualdade: Papel do Estado e diretrizes” In: GODINHO, Tatau (org) Políticas públicas e igualdade de gênero (Caderno Especial da Coordenadoria Especial da Mulher). São Paulo, Prefeitura Municipal de São Paulo.
- SCOTT, Marvin B. [e] LYMAN, Stanford M. (1968), “Accounts”.
American Sociological Review, Vol. 33, nº1, pp. 56-62.
- SORJ, Bila [e] FONTES, Adriana. (2007), “Políticas e práticas de conciliação entre família e trabalho”. Cadernos de Pesquisa, Vol. 37, nº 132. Rio de Janeiro, Fundação Carlos Chagas.
- SUÁREZ, Mireya [e] LIBARDONI, Marlene. (2007), “O impacto do Programa Bolsa Família: Mudanças e continuidades na condição social das mulheres”. Em: VAITSMAN, Jeni [e] SOUSA, Rômulo. Avaliação de políticas e programas do MDS: Resultados, Vol. 2. Brasília, Ministério do Desenvolvimento e Comate à Fome/Sagi, pp. 119-160.
- WACQUANT, Loïc. (1999), As prisões da miséria. Paris, Raisons d’Agir.

Sites consultados:

www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1